

4.01.07 - Medicina / Medicina Legal e Deontologia

PERFIL DAS SEQUELAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO EM ALAGOAS NO PERÍODO DE CINCO ANOS

Amanda L. S. Melo*¹; Maria Luisa Duarte²

1. Estudante do quinto ano do curso médico da UNCISAL
2. Doutora - Professora Adjunta da disciplina Medicina Legal da UNCISAL / Orientadora

Resumo:

Os acidentes de trânsito são fonte de consequências de natureza diversa, causam óbitos, além de incapacidades permanentes e temporárias. Entretanto são passíveis de prevenção, o que torna ainda mais importante o estudo destes problemas.

Objetivou-se analisar o perfil das sequelas de acidentes de trânsito em Alagoas no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015. Para tal, coletamos a amostra dos registros arquivados dos laudos de lesão corporal, no IML Estácio de Lima - Maceió/AL.

A média das vítimas que evoluíram com sequelas foi de 36,48%. Quanto ao gênero, predominou o masculino. De acordo com as idades das vítimas, a faixa etária entre 30 e 39 anos foi maioria. O tipo de acidente que prevaleceu foi a colisão e a motocicleta foi o veículo mais envolvido.

A sequela predominante foi a debilidade permanente de membros inferiores. Dado os resultados, é imprescindível a promoção de políticas públicas que visem a redução dos danos oriundos aos acidentes de trânsito.

Autorização legal: Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fund. Universitária de Ciências da Saúde / Escola de Ciências Médicas de Alagoas, sob o parecer/registo/cadastro número 1.482.241 registrado no SISNEP sob o número 51059415.0.0000.5011.

Palavras-chave: Acidente automobilístico; Lesão corporal; Incapacitados.

Apoio financeiro: Trabalho contemplado com bolsa de pesquisa da agência financiadora PIBIC/CNPq.

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UNCISAL.

Introdução:

Os acidentes de trânsito têm consequências de natureza diversa, envolvendo os campos físico, psicológico, econômico, político, social, todos eles repercutindo intensamente sobre a vida dos acidentados. Causam óbitos, além de incapacidades permanentes e temporárias, alto dispêndio de recursos financeiros, como também dor e sofrimento das vítimas, de suas famílias e amigos. Entretanto, apesar da gravidade, eles são passíveis de prevenção, o que torna ainda mais importante o estudo destes problemas.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT (1) quando trata de acidentes de trânsito, define-os: "todo evento não premeditado de que resulte dano em veículo ou na sua carga e/ou lesões em pessoas e/ou animais, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou áreas abertas ao público".

Além de versarem como uma das principais causas de óbito, são também responsáveis por importante ocorrência de morbidade, lesões em variados graus de extensão e magnitude, incapacidades permanentes e temporárias, sequelas, dor e sofrimento para as vítimas e seus familiares em todo o mundo (2). Esses acidentes provocam danos de gravidade variável e acometem preferencialmente as faixas etárias mais jovens e em idade produtiva, com enormes repercussões econômicas, sociais e emocionais (3). As consequências dos acidentes com veículos a motor são alarmantes: óbitos, sequelas diversas, gastos com seguridade social e o elevado custo com recursos médico-hospitalares, todos esses fatores, fazem dos acidentes de trânsito um problema de saúde pública (4, 5).

O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu a partir da ausência de estudos epidemiológicos no estado de Alagoas que retratem a qualidade das lesões corporais provenientes de acidente de trânsito nos sobreviventes. Segundo Pires (6), anualmente, no Brasil, mais de 100.000 pessoas adquirem deficiências temporárias ou permanentes, originadas

por acidentes de trânsito. Diante da importância do tema, objetivou-se caracterizar o perfil das sequelas de acidentes de trânsito no estado de Alagoas em um período estabelecido de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

Ao analisar os dados das lesões corporais dos acidentados, almejou fornecer informações de suma importância a estratégias de assistência para, assim, melhorar a qualidade de vida desta população. Os dados obtidos poderão alertar ainda a gestão pública para que ações adequadas possam ser postas em prática, visando a sua prevenção, em vários níveis.

Metodologia:

Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional, retrospectivo, descritivo e analítico (7). As informações foram obtidas a partir dos laudos de lesão corporal arquivados no IML Estácio de Lima de Maceió-Alagoas, durante cinco anos, compreendendo o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015. Foram revisados 45.870 laudos de lesão corporal. Desse montante, excluíram-se os laudos consequentes as demais lesões por causas externas, mantendo-se um total de 1.837 laudos correspondentes aos acidentes de trânsito.

A faixa etária foi distribuída em múltiplos de 10 anos, com idade mínima entre menores de 20 anos e idade máxima entre maiores de 79 anos. A raça/cor do acidentado foi descrita para branca; preta; amarela; parda; indígena e ignorada.

O tipo de acidente de trânsito foi classificado como: atropelamento; capotamento; abalroamento/colisão; queda e os demais tipos classificados como "outro". De acordo com a condição no momento do acidente pontuou-se: condutor; passageiro; pedestre e as demais na categoria "outro". O veículo envolvido no acidente de trânsito foi descrito como: caminhão; carro; bicicleta; motocicleta e os demais como "outro".

De acordo com a prevalência da sede de lesão encontrada no acidente de trânsito, o segmento corporal afetado foi catalogado como: lesão medular; membros superiores; membros inferiores e trauma cranioencefálico. Demais lesões, como em cabeça, pescoço, tórax e abdome foram descritas na categoria "outro".

Segundo o Código Penal Brasileiro (8), as lesões corporais descritas no artigo 129, podem ser classificadas de acordo com sua natureza em: lesão corporal de natureza grave, nos casos de incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, perigo de vida ou debilidade permanente de membro, de seu sentido ou função; e lesão corporal de natureza gravíssima, se resultou em incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização do membro, de seu sentido ou função, deformidade permanente ou aborto. Ainda tem-se a lesão corporal de natureza leve, aquela onde há ausência das lesões grave e gravíssima, onde é registrada durante a perícia a existência da ofensa. Com isso, as lesões encontradas foram classificadas em: leve; grave e gravíssima.

No que se refere às sequelas, oriundas de acidentes de trânsito, foram designados em "sim" ou "não". Sobre a utilização de órtese/prótese foi designado como "com" quando existiu a afirmação dessa necessidade, "sem" para os casos de negatividade do uso.

A coleta dos dados foi realizada em formulários impressos confeccionados pelos autores. As informações coletadas foram analisadas estatisticamente e trabalhadas de modo descritivo e analítico. As informações foram recolhidas e arquivadas em planilhas de controle do Microsoft Excel®. Finalizada essa etapa, sucedeu-se a análise e discussão dos resultados. Os autores informam a inexistência de conflito de interesse na realização desta pesquisa.

Resultados e discussão:

Ao analisar o perfil das sequelas de acidentes de trânsito em Alagoas no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, pode-se constatar a qualidade das lesões na população sobrevivente no referido Estado. É importante observar que a pessoa sequelada, por assim dizer, vai ter, seguramente, problemas em sua vida - tanto pessoais quanto profissionais - e, não raro, necessitará de serviços de reabilitação, geralmente escassos ou, quando existentes, bastante onerosos (9). A constatação desse cenário aponta, então, para necessidade de conhecê-lo e quantificá-lo para que existam dados mais sólidos, a fim de que ações adequadas possam ser postas em prática, visando à sua prevenção, em qualquer nível de complexidade (10).

A revisão dos laudos mostrou que 96% das vítimas de acidentes de trânsito procederam de Alagoas e que apenas 4% deles eram originários de outros estados, como: Pernambuco (1,15%), Sergipe (0,98%), Bahia (0,93%), São Paulo (0,55%) e Minas Gerais (0,39%). O local do acidente, se em rua; avenida; estrada ou rodovia não foi declarada em nenhum dos laudos de lesão corporal estudado.

As lesões provocadas pelos acidentes de trânsito predominaram em vítimas do gênero masculino (69,08%), solteiros (52,31%) e na faixa etária jovem entre 30 a 39 anos (36,85%), seguida das faixas entre 20 e 29 anos (26,13%) e 40 a 49 anos (21,61%). período mais produtivo do indivíduo nas oportunidades da vida. O encontro de vítimas de acidentes de trânsito, em sua maioria, nas faixas etárias jovens é relatado por outros estudos (3, 4, 10). O predomínio do gênero masculino, demonstrado nesta pesquisa, está posto em várias publicações, tanto em relação à morbidade, mortalidade, demanda nos serviços de urgência ou debilidades físicas, como relatam Macedo et al (11). As profissões como autônomo (19,65%), motoboy/motociclista (11,38%), estudante (6,97%) e motorista (6,75%) foram as mais encontradas. O tipo de acidente que prevaleceu no estudo foi a colisão (com 23,58% dos laudos analisados), seguido do atropelamento (14,64%) e quedas (de motocicletas, bicicletas ou outros veículos) com 7,5% do total de laudos. Quanto ao veículo envolvido no acidente de trânsito 26,35% constataram se tratar de motocicletas, seguidas pelos carros com 13,12% e a condição no momento do acidente predominou a de condutor com 18,84% dos laudos estudados. Andrade e Mello Jorge (12) enfatizaram que a frota de motocicletas é crescente em diversas cidades e o problema dos acidentes envolvendo tal veículo entre outros motivos, é causado pela fragilidade dos motociclistas, que têm o corpo mais exposto.

A distribuição encontrada nos estudos analisados aponta com frequência as regiões de membros superiores, inferiores e cintura pélvica e cabeça/pescoço como as duas regiões corpóreas mais atingidas em acidentes de transporte, com variação para as demais áreas atingidas (13, 14). No tocante ao segmento corporal mais afetado durante os acidentes de trânsito, foram constatadas que os membros (superiores e inferiores) foram as sedes mais comum de lesão, perfazendo o total de 80,23% dos laudos revisados. Traumas cranioencefálicos (TCE) e raquimedulares (TRM) corresponderam a 2% das sedes de lesão corporal.

Em relação à gravidade das lesões encontradas, prevaleceram às lesões graves 43,77%, seguida pelas lesões leves as quais perfizeram 28,96% e por fim 21,55% corresponderam a lesões gravíssimas secundárias ao acidente de trânsito. De encontro a esse cenário, uma pesquisa realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT (15) considera, quanto à tipificação das lesões provocadas por acidentes de trânsito, ser as lesões leves o tipo de lesão mais prevalente em vítimas de acidentes de trânsito.

Não foram encontradas publicações que tratam da análise dos acidentes de trânsito sob a ótica de sequelas com uso ou não de órteses ou prótese. Neste estudo, 20,6% dos acidentados necessitaram do uso desses equipamentos terapêuticos de auxílio funcional.

A média das vítimas dos acidentes de trânsito que evoluíram com sequelas, em Alagoas, de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, foi de 36,48%, sendo: 34,10% de vítimas sequeladas em 2011; 36% em 2012; 29,40% em 2013; 45,8% em 2015 e, por fim, 37,6% sequelados em 2015, valores correspondentes a 660 laudos estudados. Segundo o Centro para Controle de Doenças dos Estados Unidos, em média, 30% dos envolvidos em acidentes de trânsito adquirem sequelas permanentes ou temporárias (16). Porém, essa pesquisa mostrou que, em Alagoas, durante os cinco anos analisados, a média de sequelados foi ainda mais alarmante: 36,48%, valor que evidencia nossa fragilidade frente a políticas públicas de educação e saúde que visem a prevenção de acidentes de trânsito no estado.

Dos 1837 laudos de lesão corporal analisados, nos cinco anos de estudo, 660 (35,93% do total de laudos) apontaram a ocorrência de sequelas nos vitimados. A sequela predominante foi a debilidade permanente de membros inferiores (MMII) com 16,65%, seguida da debilidade permanente de membros superiores (MMSS) com 15,11% e a junção da debilidade mais deformidade de MMII em terceiro lugar de importância com 10,53% das sequelas listadas. Além dessas, outros achados como: doença incurável/incapacidade permanente para o trabalho/inutilização (6,10%), perda de órgão cavitário (debilidade permanente 3,82%) e debilidade da função cerebral (2,14%) também figuram entre as sequelas adquiridas em acidentes de trânsito no estado de Alagoas.

Além de ser um importante canal para realização de políticas que previnam a ocorrências dos acidentes de trânsito, acreditamos que o resultado desta pesquisa trouxe informações de suma importância para que sejam realizadas, também estratégias de assistência para a população incapacitada e, assim, melhorar a qualidade de vida destes indivíduos.

Conclusão:

Cerca de 30% das vítimas de acidentes de trânsito ficam com sequelas para toda a vida, as quais envolvem: incapacidades físicas permanentes e temporárias, debilidade social e psicológica, além de alto dispêndio de recursos financeiros. Em Alagoas essa realidade é ainda

piores: 36,48% dos envolvidos em acidentes de trânsito evoluem com sequelas. De modo que, conhecer o perfil dessas lesões corporais, permitiu o entendimento pormenorizado desse grave problema, colaborando com a execução de políticas públicas e de saúde que visem à conscientização popular e governamental sobre a existência desses eventos, além da promoção de medidas que previnam a sua ocorrência.

Referências bibliográficas

1. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Pesquisa de Acidentes de Trânsito, NBR 10697/TB331, 1989.
2. Oliveira LR, Mello JMHP. Análise epidemiológica das causas externas em unidades de urgência e emergência em Cuiabá/Mato Grosso. Rev. bras. Epidemiol. 2008;11(3): 420-430.
3. World Health Organization. Global status report on road safety 2013: supporting a decade of action. Luxembourg: WHO; 2013.
4. Malvestio MAA, Sousa RMC. Sobrevivência após acidentes de trânsito: impacto das variáveis clínicas e pré-hospitalares. Rev Saúde Pública. 2008; 42:639-47.
5. SILVA, P.H.N.V. Epidemiologia dos acidentes de trânsito com foco na mortalidade de motociclistas no Estado de Pernambuco: uma exacerbação da violência social. Tese. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife: 2012.
6. Pires AB. A história do trânsito. Trânsito no Brasil: avanços e desafios. 2.ed. São Paulo: antp/fenaseg; 2007.
7. WC Rodrigues - Faetec/IST. Paracambi, 2007 - academia.edu.
8. BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.
9. Brasil. Portaria No 793, de 24 de Abril de 2012. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, 2012.
10. Jorge MHP, Koizumi MS. Sequelas visíveis de acidentes de trânsito: primeiros dados brasileiros. Revista aBraMet 2012; 29(1).
11. Macedo APFS, Oliveira LR, Buchalla CM, Scatena JHG. Características e deficiências físicas de vítimas de acidentes de trânsito atendidas no serviço de referência para reabilitação do estado de Mato Grosso, Brasil, 2010. Rev espaço para a saúde. 2014; 15(4): 21-33.
12. Andrade SM, Mello Jorge MHP. Acidentes de transporte terrestre em município da Região Sul do Brasil. Rev de Saúde Pública. 2001; 35(3): 318- 320.
13. CRUZ, M.J.A. Os impactos dos acidentes de trânsito por lesão corporal na vida dos vitimados em face ao controle social do Estado. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, 2013.
14. Calil AM, Sallum EA, Domingues CA, Nogueira LS. Mapeamento das lesões em vítimas de acidentes. Rev Latino-am Enfermagem. 2009; 17(1).
15. DNIT. Relatório Específico: Pesquisa Médico-Hospitalar Minas Gerais – Goiás – Pará – Santa Catarina – Pernambuco, 2008.
16. World Health Organization. World report on road traffic injury preventions summary. Geneva, 2004.